



CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE UM MANIFESTO PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Obra original: *Dear Ijeawele, or A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions*, 2014. Trad. Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Ineildes Calheiro¹
Eduardo Oliveira²

Chimamanda Adichie, autora do best-seller internacional *Americanah*, é feminista, negra, nigeriana nascida em Enugu em 1977, com obras publicadas desde 2008. Vive entre a Nigéria e os Estados Unidos devido a uma bolsa de estudos recebida pela MacArthur Foundation. Neste manifesto contendo quinze sugestões para criar filhos na perspectiva feminista, a autora adentra ao tema *igualdade de gênero*.

O texto é desdobrado de uma carta escrita para uma amiga, quando tem sua primeira reprodução, tornando-se mãe. Partindo da experiência como mãe e filha, Chimamanda lhe dá sugestões de como educar a sua criança, abordando várias questões que estão em debate no feminismo, e de forma específica, no feminismo negro africano, cuja cultura sofreu fortemente influências da colonização.

Trata de uma estratégia para mudanças nas relações de gênero, pautando-se em igualdade e indo contra as imposições, as quais formam e reforçam o binarismo, constituindo prejuízo às mulheres e, em favor dos homens, constatado como privilégio deste último, através do discurso da biologia. Entretanto, cria desigualdades entre os sexos em diversos contextos: no serviço doméstico, nos comportamentos, nos brinquedos, na construção identitária, no casamento, sobretudo considerado pela autora como estratégia de dominação masculina, tendo sustentação na jurisprudência, em forma de leis, naturalizando-se.

Uma característica do casamento que a autora aponta como imposição de gênero é a mudança do nome da mulher para o nome do homem, como uma forma jurídica de institucionalizar a submissão feminina. E destaca três elementos como consequência: o

¹ Doutoranda em Difusão do Conhecimento. DMMDC / UFBA. Mestra em Crítica cultural. Licenciada em Educação Física. Membro do grupo de pesquisa Rede de Africanidades (UFBA). Bolsista CAPES. E-mail: <ildafrica@yahoo.com.br>

² Antropólogo, Doutor em Filosofia. Professor adjunto da Faculdade de Educação / UFBA. E-mail: <afroduda@gmail.com>



desgaste com a energia mental em mudar a documentação, a carteira de motorista, o passaporte, os títulos acadêmicos, assinatura, contas bancárias, entre outras; a mudança psíquica e o novo tornar-se. Além disto, é uma perda de identidade imposta, pois, casadas, as mulheres devem se adequar a uma nova identidade. Desta forma, relaciona a questão como a violência – ou diríamos, a sutil violência de gênero.

Apesar de ser casada, Adichie não leva o nome do marido. Contudo, não está longe da violência de lhe imporem o nome de seu marido, como fez uma jornalista “[...] ao descobrir que eu era casada, e como eu pedi que parasse pois meu nome não era aquele” (ADICHIE, 2017, p. 42). Tratando da questão como uma contestação à norma, ela fala da consequência disto, quando recebeu a hostilidade dos nigerianos, sendo muito maior da parte das mulheres.

Para aqueles e aquelas que alegam que antes do casamento o sobrenome da mulher é proveniente do seu pai, logo, uma questão do patriarcado, Chimamanda encontra uma justificativa, ao afirmar que nosso sobrenome proveniente do pai é dado desde o nascimento, nossa identidade é construída nesse contexto, e a mudança que ocorre no casamento tem outra conotação. No entanto, deveria ser uma questão de escolha, desejo, e não de pressão social dos padrões vigentes.

A respeito do privilégio dos homens, a autora o entende como justificado a partir da biologia, utilizada como razão para as normas sociais na cultura africana. E então, reporta-se ao nome da criança nascida, que é relacionada à biologia e à superioridade física, como formas de manter a superioridade masculina no contexto geral.

Segundo a autora (ADICHIE, 2017, p. 63, grifos da autora) “para muitas mulheres Igbos, o condicionamento é tão grande que as mulheres pensam que a progênie é apenas do pai. Conheço mulheres que abandonaram casamentos ruins, mas não foram ‘autorizadas’ a levar ou sequer a ver os filhos porque eles pertencem ao homem”. Destarte, se a questão fosse mesmo biológica, “[...] as crianças então seriam identificadas pelas mães e não pelos pais, pois, quando a criança nasce, o genitor biológico – e incontestável – é a mãe” (ADICHIE, 2017, p. 62). Segundo pensa, a biologia não deve ser aceita para qualquer norma social. Além disto, não existe norma social que não possa ser alterada.

Historiciza a imposição de gênero, que começa o quanto antes na vida e se apresenta nas cores e brinquedos. Exemplificando, ela insere suas experiências e conta que foi a uma loja infantil e comprou uma roupa azul para a filha. Mas não foi tão simples: “A moça

do caixa me disse que era o presente ideal para um garotinho. Falei que era para uma menina. Ela fez uma cara horrorizada: ‘Azul para uma menina?’ (ADICHIE, 2017, p. 23).

Seguindo, ao observar a seção dos brinquedos, a autora afirma que era organizada por gênero, do tipo ativo para os meninos, como trens e carrinhos; e para as meninas eram do tipo passivo, a maioria bonecas. O mundo começa a inventar papéis de gênero desde cedo.

Sobre o serviço doméstico, e em particular a cozinha como inerente às mulheres, em se tratando do casamento (heterossexual) que, quando os homens fazem, estão sendo gentis para com a companheira, ela mostra que não se relaciona com o biológico/natureza, mas é um processo de construção. Para ela, os homens que não sabem cozinhar devem aprender. “Saber cozinhar não é algo que vem pré-instalado na vagina. Cozinhar se aprende. Cozinhar - o serviço doméstico em geral – é uma habilidade que se adquire na vida, e que teoricamente homens e mulheres deveriam ter” (ADICHIE, 2017, p. 21).

Na questão do comportamento, a autora entende que contribui na violência, no assédio sexual, quando assevera ser comum que “ensinamos as meninas a serem agradáveis, boazinhas, fingidas. E não ensinamos a mesma coisa aos meninos. É perigoso. Muitos predadores sexuais se aproveitam disso. Muitas meninas ficam quietas quando são abusadas, porque querem ser boazinhas” (ADICHIE, 2017, p. 48).

Adepta do esporte, com passagem pelo futebol na infância-adolescência, considera o esporte uma porta para o empoderamento de muitas mulheres que resistem às normas, aos padrões de gênero e tornam-se, às vezes, declaradas feministas. Mas reconhece que as meninas geralmente param de praticar esportes ao chegar à puberdade. O desenvolvimento dos seios e a percepção de si mesmas influenciam na decisão delas “__ Eu parei de jogar futebol quando meus seios começaram a crescer, pois tudo o que eu queria era esconder a existência deles, e correr e colidir não ajudava” (ADICHIE, 2017, p. 55).

O esporte, na demanda do feminismo é visto, na autora Chimamanda Adichie, quando sugere que as meninas, desde cedo, devem ser incentivadas à prática esportiva, fazer caminhadas juntas, nadar, correr, jogar tênis, futebol, Pingue-pongue. “Todos os tipos de esportes. Qualquer tipo de esporte. Penso que é importante não só por causa dos evidentes benefícios para a saúde, mas porque pode ajudar com todas as inseguranças quanto à imagem do corpo que o mundo lança sobre as meninas” (ADICHIE, 2017, p. 54).

Com suas sugestões feministas, Adichie não se coloca contra a feminilidade, deixando claro que feminismo e feminilidade não são mutuamente excludentes. Como pensa, ser feminista não interfere na mudança de identidade de gênero, como às vezes parece. “Não pense que criá-la como feminista significa obrigá-la a rejeitar a feminilidade [...] É misógeno sugerir o contrário” (ADICHIE, 2017, p. 55).

Discutindo sobre misoginia, a autora também aponta entre as mulheres, expondo que a bondade feminina é tão normal quanto a maldade feminina. Assim, afirma que existem muitas mulheres no mundo que não gostam de outras mulheres: “A misoginia feminina existe e esquivar-se a reconhecê-la é criar oportunidades desnecessárias para que as antifeministas tentem desacreditar o feminismo” (ADICHIE, 2017, p. 75).

Dando outra conotação ao sexismo, ela mostra que as ações de combater sexismo e racismo incomodam sexistas e racistas, advertindo que, com o feminismo, no ato de confrontar as normas, essas mulheres (feministas) não são vistas, muitas vezes, como pessoas normais; em parte, são todas marcadas como não mulheres, em parte, são raivosas. Neste sentido, Chimamanda lembra um caso que ocorreu consigo, acusada de ser raivosa, em um artigo escrito por um sujeito do sexo masculino. Em resposta, ela expressa: “Claro que tenho raiva. Tenho raiva do racismo. Tenho raiva do sexismo. Mas eu recentemente percebi que tenho mais raiva do sexismo do que do racismo” (ADICHIE, 2017, p. 31). E explica: porque a injustiça racial é facilmente reconhecida, o sexismo não. Nosso olhar sobre a descrição implica que a injustiça racial não é reconhecida em todo o território mundial. Cremos que depende, de fato, do lugar de fala, pois não podemos dizer o mesmo no contexto brasileiro.

Neste sentido, compreendemos que essa marca de raiva é atribuída às mulheres negras (LORDE, 1981), pelo fato de que esta categoria não denuncia tão somente o sexismo, mas inclui o racismo e seus efeitos. Igualmente, notamos que combater o racismo no interior do feminismo, denunciar o privilégio das mulheres brancas na questão de gênero é ser raivosa e agressiva (GONZALES, 1979). Desta maneira, incomodam não tão somente os homens brancos, mas em parte, o feminismo branco também.

Contrário ao que muito se conhece sobre o lugar destinado às mulheres negras (de cor), Chimamanda revela outro lugar, que é o seu lugar de fala: a mulher negra, de classe social média, portadora de títulos acadêmicos, autônoma e que trabalha fora em atividades desejáveis.

Nesta acepção, o texto tem um enfoque que destitui o lugar reservado às mulheres negras: ao da classe menos favorecida, a pobre, o serviço braçal e da cozinha do branco ou da branca. Em um termo - *submissão das mulheres negras* (ou de cor, como conceitua o feminismo norte americano) em relação à equivocadamente legítima mulher – branca, como passaram a ser as categorias de mulheres após a colonização, fortalecidas na experiência da escravidão (DAVIS, 2016). Ao escavar a história em suas diversas formas, seja escrita, grafada, pelo signo ou oral, notamos que não foi assim desde sempre, revisitando os estudos sobre a colonização (MBEMBE, 2013).

Apesar de a autora universalizar a categoria mulher, contudo, parece ser sua intenção apontar o outro lugar da mulher negra: de classe média, autônoma e com igualdade de fato, entre os sexos e as raças. Chimamanda parece chamar a atenção revelando, nessa carta, uma mulher africana, de certa forma, socialmente em pé de igualdade com as outras etnias. Entretanto, a autora transpassa e ignora esse cansativo e debatido diálogo ainda persistente no discurso etnocêntrico, sobre o mito da mulher africana como a selvagem, a mulher que vive no mato com as onças.

Desta forma, a autora não se remete ao contexto estereotipado marcado nas mulheres negras, nem às funções desqualificadoras, de baixo nível social a elas relegadas, no entanto, sendo uma forma renovada da literatura feminista negra.

Trazendo outra perspectiva para a escrita negra, aqui não trata de resiliência, de como mudar de história de vida, nem de subalternidade racial, mas de igualdade no interior do sexo e sugestões para igualdade entre os sexos. Em suma, chamou-nos atenção a mulher negra, não tão somente empoderada, mas em condições de igualdade com a mulher branca e problematizando as exacerbadas desigualdades entre as raças em diferentes territórios.

Referências

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Regina Heci Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade, trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação. **VIII encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, Pensilvânia, abr. 1979 (mimeo).

Lorde, Audre. **Os usos da raiva**: Mulheres respondendo ao racismo, 1981. Disponível em: <<https://we.riseup.net/radfem/usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo-audr>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MBEMBE, Achille. **África insubmissa**: cristianismo, poder e estado na sociedade pós-colonial. Paris: Edições pedagogo, 2013.

RECEBIDO 22 DE JUNHO DE 2018.

APROVADO 05 DE SETEMBRO DE 2018.